

METOLOGIA GILBERTIANA

Adriano Moreira

1 — Aquilo que tornou Gilberto Freyre mais conhecido, e seguido, no espaço da língua portuguesa, foi a construção do conceito ideal de *lusotropicalismo*, abrangente de uma conduta significativa, que permitiu interpretações e reinterpretações de uma história longa no tempo, quer tomando-a no seu conjunto como unidade de estudo histórico, quer fracionando as épocas conforme as necessidades dos investigadores. Matrizes valorativas, princípios éticos, critérios políticos, condicionamentos ideológicos, constrangimentos sistêmicos temporais, tinham sido alternada ou concomitantemente utilizados por cronistas, políticos, panfletários, raras vezes com isenção apologética, mais raramente com abstração do ambiente a que respondia cada autor. Mas a construção de um conceito valorativo como o do lusotropicalismo, baseada na minuciosa e segura pirâmide de conceitos descritivos e operacionais que a antecederam, não se encontra em nenhum sociólogo dos que anteriormente lidaram com o tema da ação colonizadora portuguesa.

Não há muito tempo, a propósito de um debate promovido pela televisão portuguesa sobre a mestiçagem, e tendo como pretexto ocasional a exibição do filme *Chica da Silva*, tive ocasião de verificar, mais uma vez, na qualidade de participante, que o autor mais presente nas inquietações dos intervenientes, tomado como ponto de referência não pacífico, era Gilberto Freyre. Esse ópio dos intelectuais, como diria Raymond Aron, que são as ideologias políticas, particularmente as de trajeamento marxista, não consente a visão global da obra, nem aceita que nela apareçam sínteses existenciais surpreendidas e demonstradas, a

contrariar que a visão dos fenômenos sociais seja necessariamente a do esmagamento da casa-grande pela senzala, ou o contrário. Diríamos que o mestiço, não apenas fisicamente o resultado do cruzamento étnico, mas também inovação cultural produzida pela troca de padrões de conduta, deve considerar-se inexistente porque não corresponde à matriz dialética que assume que a luta só termina com o aniquilamento de um dos intervenientes. O mesmo certamente teria de concluir-se a respeito do milho híbrido, das vinhas do Douro enxertadas em bacelo americano, dos chamados estrangeirados que renovam os meios sociais em que nasceram.

Realmente, toda a construção gilbertiana, e muito concretamente na conjuntura ideológica portuguesa (1983), marxizada em variados aspectos, parece desafiar um processo de justificação que parte aprioristicamente das sínteses dialéticas e por isso recusa encontrar no mundo as sínteses existenciais. Exatamente o contrário do trajeto gilbertiano, que lutou primeiro com a realidade, guardando os apontamentos em conceitos descritivos, adiantando conceitos operacionais, para finalmente erguer o conceito valorativo que por meio século tem servido da perspectiva básica a uma fileira de investigadores.

Julgo que aquilo que pode chamar-se o seu estilo, no que respeita ao uso da palavra, deriva linearmente dessa postura científica. A demora na descrição dos fatos, dos ambientes e das relações, a freqüência com que primeiro avança a palavra antiga para logo jogar o neologismo, voltando ao princípio, dizendo de novo, repetindo por outra maneira, acrescentando um detalhe para o omitir na moldura do parágrafo seguinte, usando a luz viva ou a penumbra para surpreender as faces diferentes do mundo que o desafia, tudo se traduz em fornecer a visão completa da realidade que inevitavelmente será aprisionada num conceito limitador, seletivo, instrumental, deixando à vista todo o material registrado para que a crítica tenha a oportunidade de também não aceitar o conceito formulado para a construção científica.

O conceito operacional que é a casa-grande e a senzala aparece esculpido sobre uma realidade descrita que não omite nenhum dos elementos em que as ideologias do conflito dialético gostam de basear as suas críticas da proposta gilbertiana, e encontrar demonstrado o modelo ideológico que lhes serve de guia.

A questão que é sempre posta na sua obra, é a de ver corretamente, na multidão de observações, na riqueza das imagens descritivamente catalogadas, na longa observação da longa história, assumindo o tempo como mesa de trabalho e os eventos como elementos que se agregam e racionalizam por intermédio do observador, com abstração do tempo, para construir o conceito valorativo unificador, para captar a emergência que representa a criação que a história finalmente produziu, com sentido, com unidade, com objetivo crescendo de mão em mão conforme as gerações passam.

Digamos que existem duas matrizes fundamentais que orientam a luta do

observador com a realidade social e histórica, e admitamos que cada uma delas procura encontrar-se com a outra, um vértice que é um ponto ômega, valorado positivamente, que assumem como humanamente desejável, um projeto de vida a implantar, um paraíso perdido a reconstruir, uma morada final a edificar. A realidade enfrentada é a mesma, os conceitos descritivos podem ser coincidentes, mas os conceitos valorativos marcam a divergência fundamental das perspectivas, e condicionam por isso projetos de ação humana não compatíveis.

Não pode evitar-se reconduzir as duas posições, em nosso tempo, ou a uma perspectiva marxista, que algumas vezes é apenas metodológica e não apolo-gética e participativa, ou a uma perspectiva humanista e valorativa que assume a criatividade como fonte não programada de respostas aos desafios do mundo e da vida. Ambas sabem que o conflito de interesses, recolhido nos conceitos descritos, está presente na vasta superfície do tempo histórico que serve de banca de trabalho. Nenhuma ignora a guerra de conquista, o mito racial e suas conseqüências, o dono da terra e o escravo, o patrão e o assalariado, o homem e a mulher, a criança e o adulto, a metrópole e a colônia.

Mas enquanto que a primeira toma como base da teorização os conceitos descritivos dos custos desta aventura que é viver, e considera que os benefícios são acidentais e negligenciáveis, a segunda alinha os conceitos descritivos dos patamares da marcha em frente e para cima, considera os custos como preço da experiência humana positiva que teimosamente busca novas emergências conciliadoras.

Para além daquilo que a experiência ou a experimentação podem comprovar, os primeiros esperam da lógica objetiva um resultado em que realmente não participam, são observadores que parecem guardar apenas a liberdade de condenar, e chamam ação à participação nas leis da história que dizem inexoráveis e que portanto inexoravelmente os envolve; os segundos acreditam que as tendências da história teorizam criatividade dispersas no tempo mas unificáveis por valores escolhidos, aceites e servidos, que podem ser identificados por experiência e tornados evidentes nos conceitos valorativos.

A contribuição gilbertiana, pontuada de manifestações comprovativas no desenho, na pintura, na poesia, no romance, vai por este último caminho, porque cada obra de arte é uma emergência e não uma simples conseqüência da lógica objetiva, tal como as sínteses existenciais, que a história documenta, são emergências da criatividade do homem condicionado pela sua circunstância, à qual paga os débitos que absorvem a totalidade da atenção dos pessimistas, dos exilados da esperança.

Porque para estes a esperança tem apenas o sentido de espera, é uma categoria que a lógica objetiva virá a preencher com um resultado que imaginam ter previsto, enquanto que para os outros, para os gilbertianos, para os humanistas, para os libertinos da criatividade, a esperança é uma moldura que começa

por rodear um sonho de futuro que apenas terá realidade existencial por decisão e conseqüente ação do homem e do grupo, ambos fisicamente percebíveis, ambos culturalmente sobreviventes.

A luta dos interesses, entre colonizadores e aborígenes, crentes e pagãos, senhores e escravos, donos dos instrumentos de produção e salarizados, pode continuar, transfigurar-se, assumir novas formas, alcançar novos patamares, mas é irrecusável que produziu a emergência do mestiço, a emergência da metarraça, a emergência de uma nova realidade que é o Brasil.

Os modelos da casa-grande-senzala, sobrados-mocambos, família católica-família natural, aventura-rotina, quadros que encerram os conflitos de interesses de todos os tipos, econômicos, sexuais, culturais, religiosos, produzem emergências, sínteses que todas são teorizadas pela matriz do modelo ideal chamado lusotropicalismo, num vasto espaço geográfico e humano, o denominado mundo que o português criou.

Esta teorização das emergências não é apologética, não opta por um mundo em favor de outro que não chegou a existir, porque o triunfo existencial foi aquele e a verificação não pode encontrar os negativos, antes registra, define, avalia e relaciona aquilo que emergiu como resultado de decisões que em cada momento enfrentaram a incerteza da escolha, e depois da decisão deixaram aquela marca e não outra.

Aderir, ou rejeitar as opções que se acumularam, é uma liberdade de cada homem, de cada geração, de cada autor, e a criatividade pode empreender uma cadeia de decisões que destrua a obra produzida. Como quem raivosamente rasga um manuscrito, ou manda arrasar uma cidade, ou proceder ao genocídio de um povo. Mas não estará com isso a negar o poder humano de construir o futuro, antes comprovará barbaramente, pelo método da agressão, a sua própria liberdade de escolher outros caminhos, a ambição de partir do nada, o orgulho de imaginar que poderá de novo dizer faça-se o mundo e que este será diferente, melhor e completamente outro.

Este total conflito com o passado, que define o revolucionário no seu conceito puro, não o distingue em nada de todos e cada um dos homens, naquilo em que todos e cada um têm um encontro com o futuro. A diferença está na amorosidade, e na dimensão desta, que orienta cada perspectiva: reservar revolucionariamente o amor para os homens que virão, ou alargar ativamente esse amor aos mortos, aos vivos e aos futuros, porque todos estão presentes nas emergências que perduram como patrimônio comum da humanidade.

Por muito que friamente nos descrevam as perspectivas, os recursos técnicos, as metodologias codificadas, as relações entre o objeto e o método, as interdependências disciplinares, nada elimina a relação básica entre o investigador e a vida, a opção existencial entre o teorizador e os valores, a adesão às alternativas

não demonstráveis oferecidas em resposta à questão do fim último do homem. A dimensão da amorosidade está presente como uma variável permanente em cada um, e, feita a escolha e a adesão, a linha de salvação laica, como dizia Raymond Aron, encaminha para a teorização das emergências, e a linha da angústia para o desespero historicamente negativista e futuristicamente revolucionário.

O pressuposto matricial da metodologia gilbertiana é o da amorosidade integradora do gênero humano, abrangente das gerações, e por isso mesmo não discriminadora de etnias ou das culturas, virada para a descoberta, identificação e análise do patrimônio comum da humanidade, contabilizadora das emergências que representam a marcha em frente e para cima.

Isto não pode ser imediatamente visto nos textos simplesmente didáticos, como a Sociologia, tributários da frieza dominante nas exposições submetidas à chamada neutralidade acadêmica. Na vida do investigador, isto é, na parte de si próprio que cristaliza no livro que transmite o observado, o visto, o experimentado, é que a contribuição fica iluminada pela opção básica fundamental. Por isso não tem nada a ver com opções políticas, com revoluções, com regimes, com fidelidades ideológicas, esta conclusão: "o certo é que os Portugueses triunfaram onde outros Europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem, como nas possessões tropicais dos Ingleses, Franceses e Holandeses. Outros europeus, estes brancos puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os Puritanos colonizadores da Old Providence, os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espaçar nuns dissolutos e moleirões. Não foi outro o resultado da emigração de *loyalistas* ingleses da Geórgia, e de outros novos Estados da União Americana, para as ilhas Bahamas — duros ingleses que o clima tropical em menos de cem anos amolegou em *poor white trash*. O Português, não; por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de Europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com a mulher de cor. . . O colonizador português do Brasil foi o primeiro, dentre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal — o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim —, para a da criação local da riqueza".

Um fato que escapou a Adam Smith quando, ao escrever *Riqueza das Nações*, e publicando-o no ano da independência dos Estados Unidos, lavrou a certidão de nascimento do equívoco que anda a confundir a revolta dos brancos americanos contra os brancos europeus, com a revolta do terceiro mundo contra o capitalismo ocidental. E ajudou a reduzir a visão do processo mundial da inter-

penetração cultural e mestiçagem dos grupos, à questão da lei da margem de lucro decrescente.

2 — É precisamente o fato de o método gilbertiano decorrer de uma matriz intelectual em que a amorosidade é englobante do fenômeno histórico como unidade total de estudo, submetida a um tempo tríplice que mostra simultaneamente as portas do passado, do presente e do futuro, que tornou como que inevitável a categoria do *contingente*, do *trânsito*, e sobretudo do *talvez*, que se refere a um presente carregado de futuro, mas este sempre de realização ou concretização incertas. Como a criança que é talvez homem, a semente que é talvez planta, a inspiração que é talvez poesia, e por isso não são apenas criança, semente ou inspiração, e nada assegura que virão a ser homem, e planta e poesia.

Em cada um o projeto do futuro existe como realidade observável, analisável, predicável, tal como o programa genético parece estar na célula, mas a emergência pode ser outra, diferente, ou nenhuma: ficar por formas intermédias, ou frustradas, ou resistindo assim mesmo sem atingir a realização do modelo previsto pela experiência, mas acrescentando o número de formas e de modelos que sobrevivem, que vivem na história a seguir. Em cada momento da observação, no tempo linear, aparecem como um *quase* que todavia já se individualiza em movimento, como um ser e não ser que se escapa aos nossos conceitos operacionais, sempre de algum modo arbitrários, mas indispensáveis para o ato de trabalhar no entendimento da realidade.

Os novos conceitos nominativos, ou operacionais, ou valorativos, correspondem sempre a uma audácia controlada para aprisionar a realidade num campo de visão. Mas para todos os investigadores funciona a convicção de que esse elemento da cadeia dos fenômenos tem uma estrutura acabada, ainda que de identificação discutível pela consciência das limitações do observador, cujo primeiro arrojo é sempre dar um nome, praticar esse ato audacioso do batismo. Chamo-te pássaro, mestiço, crença, átomo, etnia, guerra, povo, nação, poesia, romance, política. Mas arrojo maior é descobrir, identificar, definir, batizar o *quase*, dar com a quase-política, a seminovela, a quase-poesia, as insurgências e ressurgências, os cruzamentos de sins e não num mundo em transição.

Precisamente, o último livro de Gilberto Freyre que me chegou às mãos, o seu *Insurgências e Ressurgências Atuais*, edição de 1981, é que me obrigou a reparar no evidente, e por isso talvez visto com maior dificuldade, que se traduz no seu esforço continuado de aprisionar o *quase* em conceitos, de pôr o movimento entre parênteses, de compreender a ação decompondo-a em imagens, como quem interrompe a projeção de um filme paralisando um gesto sem querer nem conseguir fazer esquecer que o gesto continua.

Tal faria o pintor que, tendo na imaginação a obra acabada, dispersasse as pinceladas por telas separadas, de tal modo que apenas ele veria o todo, e cada um dos observadores as manchas fugidias a caminho de serem o quadro sempre

presentido mas que nunca seria eventualmente pintado. Quase pintura, quase obra de arte, quase romance, quase política, mas tudo parte da realidade desafiante, do objeto que se escapa à prisão dos conceitos acabados, e para o qual é necessário encontrar outro instrumento de trabalho, o *quase-conceito* em que se traduz esta contribuição gilbertiana.

Quando se trata dos conceitos nominativos, pratica o ato do batismo sem dizer o nome, como se a criança fosse recebida na fé com todos os preceitos observados mas sem essa identificação de ficar chamada João ou José. Quando se ocupa, nesse domínio do quase, dos conceitos descritivos ou operacionais, dá a série dos elementos mas não fecha o círculo da fronteira do conjunto, porque as insurgências e ressurgências exigem uma abertura com dois sentidos, por onde o quase se enriquece ou se empobrece com o movimento. E por isso a técnica do sociólogo tem de alargar-se com as artes do escritor, do aquarelista, do desenhador, correndo para longe dos computadores, dos números, do quantificável, e não tanto porque seja seguramente impossível medir, mas porque não estão codificados os instrumentos necessários.

No seu discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte, na sessão de 17 de junho de 1946, falando do Brasil real e para o Brasil real, projetava na própria concepção constitucional esta atitude metodológica, ao dizer: "nenhum de nós pensa ou supõe que a uma constituição se deva ou se possa atribuir o poder mágico, sobrenatural, de por si só criar, renovar ou assegurar uma ordem social. Constituição democrática nenhuma pode ser considerada, hoje, um poder, e sim o que o Professor Carwin chama "instrumento" e "símbolo" do poder. Símbolo (interpretemos o Professor Carwin menos jurídica que sociologicamente) de direitos ou de princípios já estabelecidos na comunidade a que se destina a Constituição consagra-os, confirma-os. Instrumento de poder dos interesses gerais da mesma comunidade, acima dos particulares ou exclusivos, ou mesmo contra eles. E essa expressão de poder é evidente que não deve corresponder, apenas, ao momento em que a Constituição aparece, mas, tanto quanto possível, a uma época inteira a iniciar-se com esse aparecimento. Daí uma Constituição, como símbolo, não poder ser, senão moderadamente, uma antecipação, tanto tem que ser a confirmação de princípios já vivos, embora desarticulados; daí, como instrumento, não dever limitar-se à expressão de poder do que seja interesse geral da comunidade no momento, mas conservar-se o mais possível dúctil, flexível, para vir a exprimir a expansão de princípios ou necessidades gerais durante toda essa época.

"Para os devotos racionalistas da visão demoliberal, convictos de que poderiam aprisionar em articulados legais uma constituição eterna, e para os crentes da lógica objetiva que imaginam poder aprisionar a história numa constituição ideológica e totalitária, aqui aparecia a heresia da *quase-constituição*, do *quase-projeto* de sociedade, do *quase-imperativo*, de um *quase-direito* a servir de matriz ao recomendado direito comum positivo que o orador queria para o imediato, mas que seria também matriz daquele que se mostrasse necessário para

o futuro que se concretizasse entre os futuros possíveis que já era possível imaginar. A técnica dos juristas também responde a inquietações formais do mesmo tipo, com outra semântica, mas aqui, era o sociólogo a falar para além da forma, o mesmo que lembrava à Câmara que se enganava quando supunha que o passado não estava irremediavelmente vivo, que ensinava que a emergência do futuro concreto não seria impedido por grades regulamentares, que o ato de legislar tem uma data mas que o tempo é tróico, a exigir por isso e apenas princípios gerais, fronteiras fluidas, uma quase-constituição.

Uma resposta nem reacionária nem revolucionária às pretensões da política, e para todos os extremismos uma quase política. O entendimento de que cada ato desse ritual interminável, que é encontrar a matriz constitucional, corresponde a uma tentativa de colocar o movimento entre parêntesis, e que não há vantagem em esquecer que o movimento não pára com eles. Acrescentando a convicção de que a criatividade torna inesperado o sentido da marcha, e por isso, e também, que não há futuros necessários, que a monotonia não é a linha do horizonte, que é mais provável encontrar futuros surpreendentes do que previstos. No tempo tróico, a última dimensão, em cada hoje, é apenas um quase-futuro. O que alarga muito a zona que fica coberta pela esperança.

3 – Tendo influenciado a definição dos currículos em várias universidades, incluindo naturalmente as brasileiras e portuguesas, Gilberto nunca quis ser um professor titular, sedentário, vinculado a uma instituição universitária. Mas passou a vida operante e frutuosa dando aulas em todas as cátedras, futurista professor errante, quase sempre, ou muito freqüentemente, convidado pelos alunos ao modo da escolha medieval, tróico no seu tempo de ensinar.

Para os clássicos docentes, portanto, um quase-professor porque recusa a disciplina acadêmica, não aceita pagar o preço da rotina escolar, afasta-se do constrangimento da doutrina de escola, escapa-se à amargurante obrigação de ligar o ato de semear as idéias à participação inquisitória na verificação do que se chama aproveitamento dos alunos e exames.

Pela conduta, torna visível a distinção entre discípulos e alunos, os primeiros sendo os que aderem, continuam ou contestam em plena liberdade, e os segundos aqueles que tiveram de demonstrar que ouviram e fixaram na medida suficiente para os créditos necessários. O ato, socialmente indispensável, de examinar, não consente uma distinção tão evidente, e muitos professores chegam equivocados e felizes ao fim da vida, falando dos seus discípulos, quando apenas tiveram alunos. Um quase-professor, vagabundo das universidades, cigano das cátedras, carregado de títulos científicos e sem graduação na carreira docente, tem apenas discípulos que eles invadem os quadros da docência oficial e da investigação institucionalizada, transportando as sementes clandestinas do novo saber. E com este levam a crise metodológica, em que finalmente vivem as ciências sociais.

Especialmente no domínio da antropologia cultural, a contribuição gil-

bertiana foi das mais importantes, porque fora da cidadela universitária lançou e desenvolveu a interdisciplina, acompanhando com sua bandeira a hoste dos heréticos contra a pacífica classificação dos departamentos e faculdades, cada um seguro da clara definição do seu método e do seu objeto. É um fenômeno natural da institucionalização da investigação e do ensino, esquecer a instrumentalidade e a realidade temporal das sistematizações das ciências e dos departamentos correspondentes, que o tempo parece cobrir com um manto de legitimidade hereditária e irreversível. Ora, sobretudo *Casa-Grande & Senzala* foi uma afirmação que faz data, na língua portuguesa, da interdisciplina, e certamente para os clássicos de então um quase-método, uma quase-teoria, talvez uma quase-ciência. Passados cinquenta anos, o quase-conceito metodológico desenvolveu-se num conceito científico fundamental, e, desaparecidas as dúvidas sobre a necessidade da atitude multidisciplinar, aquilo que ainda subsiste é a luta contra as dificuldades de transformar a multidisciplinaridade em transdisciplina, e, mais agudamente, a de encontrar um ponto de vista, não apenas filosófico mas científico, que seja abrangente da clássica distinção entre ciências da natureza e ciências da cultura. A heresia gilbertiana é uma das pedras desse edifício que se procura conceber e construir, o templo da nova-aliança.

